



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	13005001081/2009-11
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	3402-001774 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	22 de maio de 2012
Matéria	Processo Administrativo Fiscal
Recorrente	COOPERATIVA DE SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA.
Recorrida	DRJ SALVADOR (BA)

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/03/2005

Ementa:

EMENTA DE MATÉRIA PRECLUSA.

Matéria já tratada em outro processo administrativo não pode ser objeto de novo processo administrativo, em face da preclusão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **4ª câmara / 2ª turma ordinária** da terceira **SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

NAYRA BASTOS MANATTA - Presidente

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, SILVIA DE BRITO OLIVEIRA, FERNANDO LUIZ DA GAMA LOBO D'ECA, HELDER MASSAAKI KANAMARU (SUPLENTE), FRANCISCO MAURICIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA.

Relatório

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 19/06/2012 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO, Assinado digitalmente em 1 9/06/2012 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO, Assinado digitalmente em 26/07/2012 por NAYRA BASTOS MANNATA

Impresso em 22/08/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Trata-se de processo de ressarcimento em que o contribuinte teve seu pedido de indébito negado por despacho decisório eletrônico, sob o fundamento de que a matéria já foi apreciada pela autoridade administrativa no processo nº 13021000039/2005-96 e não foi reconhecido o direito creditório.

Não consta nos autos que a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul tenha intimado o recorrente para informar as razões jurídicas de seu pedido. Como já mencionado, houve, apenas, um despacho eletrônico denegando seu pleito.

Na manifestação de inconformidade, o recorrente alega protocolou outro processo pedindo o ressarcimento do mesmo período pedido no processo nº 13021000039/2005-96, em razão de ter efetuado recálculo dos créditos da exação e ter constatado erro na apuração.

A DRJ de Salvador julgou improcedente a manifestação de inconformidade sob o fundamento de que o pedido de ressarcimento somente poderá ser retificado pelo sujeito passivo caso se encontre pendente de decisão administrativa à data do envio do documento retificador.

Irresignado com a decisão da primeira instância administrativa, o recorrente interpõe recurso voluntário ao CARF, repisando os argumentos apresentados anteriormente na manifestação de inconformidade, ressaltando que efetuou revisão nos critérios adotados para apuração da Cofins e constatou que valores que supostamente seriam tributados destinavam-se ao mercado interno e que poderiam ser passíveis de ressarcimento. Diante deste fato, efetuou o recálculo dos créditos referentes ao rateio proporcional da receita bruta auferida, aumentando o crédito passível de ressarcimento. Contudo, essa diferença não foi alvo do pedido inicial. Assim, não teve outra alternativa senão a emissão de um novo pedido de ressarcimento eletrônico objetivando o reconhecimento dos créditos recalculados.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, Relator.

O recurso foi apresentado com observância do prazo previsto. Quanto aos demais requisitos de admissibilidade passo a apreciar.

Ressalto que a alegação do recorrente para sustentar a possibilidade de apresentar um novo pedido de ressarcimento de PIS restringe-se em afirmar que efetuou revisão nos critérios adotados para apuração da Cofins e constatou que valores supostamente tributados destinavam-se ao mercado interno, diante deste fato, efetuou o recálculo dos créditos referentes ao rateio proporcional da receita bruta auferida, aumentando o crédito passível de ressarcimento.

Entendo que essa matéria foi deveria ter sido discutida exaustivamente no processo nº 13021000039/2005-96, pois se trata do percentual a ser aplicado para fins de cálculo do crédito. Portanto, a fiscalização quando apurou o valor do crédito a ser deduzido/ressarcido ao recorrente, com absoluta certeza fez juízo de valor acerca do “pseudo”

Documento assinado digitalmente em 19/06/2012 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO, Assinado digitalmente em 19/06/2012 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO, Autenticado digitalmente em 19/06/2012 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO, Assinado digitalmente em 26/07/2012 por NAYRA BASTOS MATT

NATTA

Impresso em 22/08/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

erro apontado neste recurso. Contudo, o momento apropriado para repudiar os cálculos da Autoridade Fiscal foi no recurso contra decisão proferida naqueles autos e não retornar com a discussão nestes autos.

Na linha do entendimento exposto, voto por negar provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2012

Gilson Macedo Rosenburg Filho